



REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A
Companhia aberta - em recuperação judicial

CNPJ/MF n° 33.412.081/0001-96
NIRE 33.300128514

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM
22 DE ABRIL DE 2022

A Administração da **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Companhia" ou "Refit") encaminha a presente Proposta da Administração ("Proposta" ou "Proposta da Administração") relacionada à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada presencialmente, em 22 de abril de 2022 ("Assembleia"), em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481").

ÍNDICE

I - MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA:

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes;

(ii) consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados;

(iii) deliberar sobre a fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2022;

(iv) fixar o número de membros do Conselho de Administração; e

(v) deliberar sobre a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

II- ANEXOS À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:

ANEXO I: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

ANEXO II: QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR

ANEXO III: REMUNERACAO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

A Companhia deixa de apresentar o Anexo9-1-II (Destinação de Resultados) em razão de ter apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31/12/2021, conforme decisão do Colegiado de 27.09.2011 (Processo CVM RJ2010/14687).

Senhores Acionistas,

A Refinaria de Petróleos de Mangueiras S.A. - Em recuperação judicial - com sede na Avenida Brasil, 3141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sob o código RPMG3, sendo controlada pela Xoroque Participações S.A., companhia de capital fechado, vem apresentar a V.Sas. a presente Proposta da Administração ("**Proposta**") a ser submetida à deliberação pelos acionistas reunidos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada presencialmente, em primeira convocação, em 22 de abril de 2022, às 17:00, respectivamente, na sede social da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Em Assembleia Geral Ordinária

(i) - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, já divulgadas nos *websites* da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET e no *website* de Relações com Investidores (www.refit.com.br/ri), foram elaboradas em conformidade com as normas e padrões contábeis e de acordo com as rotinas e procedimentos internos usuais da Companhia, e, serão publicadas no Diário Comercial do Rio de Janeiro (www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal).

Adicionalmente, para a adequada análise e ponderação dos acionistas sobre as Demonstrações Financeiras e as contas dos administradores, nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM 481, são disponibilizados os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Observa-se, ainda, que a empresa, Inforcont Auditores Independentes emitiu o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, com as seguintes modificações:

Opinião com ressalva¹

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas,

¹ Por favor verificar anexo I para maiores detalhes sobre a opinião com ressalva do Auditor

compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Observado o disposto acima, a administração acredita que as Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentam de forma adequada nesta data a situação financeira e os resultados das operações da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, propõe aos acionistas a sua aprovação na AGO.

(ii) - Consignar, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que não haverá deliberação acerca da destinação do lucro líquido, sendo o prejuízo apurado destinado integralmente à conta de prejuízos acumulados.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 361.756.146 (trezentos e sessenta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, cento e quarenta e seis reais), não há lucros relativos a este exercício social a serem distribuídos aos Acionistas.

A Administração da Companhia informa que, em função do resultado apurado, (i) não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/2009, conforme autorizado pela decisão do Órgão Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010-14687); e (ii) tendo em vista que não haverá retenção de lucros, a Administração não apresentará a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2022.

(iii) - Fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2022.

A Administração propõe à Assembleia Geral aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho de

Administração) para o exercício social de 2022 (janeiro a dezembro) no montante máximo de R\$ 1.782.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil reais), já incluídos os valores relativos aos benefícios, contribuições para a seguridade social e verbas de representação dos Administradores, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A.. As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração global dos administradores para 2022, conforme estabelecido pelo artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III desta Proposta, no qual constam as informações enumeradas no item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada.

(iv) Fixar o número de membros do conselho de Administração

Nos termos do artigo 9º e seguintes do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros efetivos, com prazo de gestão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

De acordo com as regras para eleição acima mencionadas, propõe-se que o Conselho de Administração da Companhia a ser eleito na Assembleia Geral, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, seja composto por 3 (três) membros efetivos, dentre os quais será eleito seu Presidente.

(v) . Reeleição dos membros do Conselho de Administração .

A atual Administração propõe que os membros atuais do Conselho de Administração, indicados abaixo, sejam reeleitos, já tendo a acionista controladora, Xoroque Participações S.A., informado sua concordância.

- a) **JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO**, brasileiro, químico industrial, separado judicialmente, portador da cédula de identidade n° 03211928, expedido pelo CRQ - 3^a Região, inscrito no CPF/MF sob o n° 723.515.007-68, residente e domiciliado na rua Michael Faraday, n° 125, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo e Presidente do Conselho de administração;
- b) **RONALDO DE ALMEIDA NOBRE**, brasileiro, engenheiro, divorciado, portador da cédula de identidade n° 129.890, expedida pelo Ministério da Aeronáutica, inscrito no CPF/MF sob o n° 037.382.057-72, residente e domiciliado na Rua Senador Vergueiro, n° 35, apto. 703, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de administração; e
- c) **SIMONE ZONTAK FLIT**, brasileira, administradora, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n° 37.656.700-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n° 078.644.327-86, residente e domiciliada à Rua Custódio Serrão, 56, apto. 502, Lagoa, na Cidade

do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração.

A administração esclarece que, em cumprimento do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações relativas à experiência profissional dos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo II à Proposta, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

* * *

Por fim, a administração esclarece que as propostas acima expostas, constantes do edital de convocação da AGO, serão submetidas aos acionistas da Companhia na AGO, a ser realizada presencialmente, em primeira convocação, no dia 22 de abril de 2022, às 17:00 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Brasil, 3141.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

Refinaria de Petróleos de MANGUINHOS S/A - em
Recuperação Judicial
JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO
Diretor Presidente

ANEXO I

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA**

Data-Base: 31/12/2021

(Conforme item 10 do Anexo 24 da ICVM 480/09)

Atendendo ao disposto no artigo 9º, itens I, II, IV, V, e parágrafo único, item I, da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009, o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP do exercício findo em 31/12/2021, foram arquivados no website da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET e no web site de relações com investidores (www.refit.com.br/ri), em 22 de março de 2022, e serão publicados no jornal Diário Comercial do Rio de Janeiro (www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal) em 23 de março de 2022.

Atendendo ao disposto no artigo 9º, item III, da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009, a Companhia apresenta o presente item 10, do Formulário de Referência:

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

10. Comentários dos Diretores

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste item 10.1, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em virtude do Decreto n° 43.892 de 15 de outubro de 2012, através do qual o Governador do Estado do Rio de Janeiro declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel da Companhia, localizado na Avenida Brasil, n° 3.141, Rio de Janeiro - RJ, as operações da Companhia foram drasticamente impactadas.

b. Estrutura de capital:

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital consolidada da Companhia representativa do padrão de financiamento de suas operações:

ESTRUTURA DE CAPITAL			
(em milhares de Reais)	2021	2020	2019
Capital de Terceiros (Passivo circulante + Passivo Não Circulante)	7.752.492	6.429.676	5.270.785
Passivo à descoberto	(3.555.720)	(3.193.872)	(2.780.886)
PASSIVO TOTAL	4.196.772	3.235.804	2.489.899

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 15 de maio de 2015, a Companhia ajuizou na comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, aprovado posteriormente em assembleia de credores realizada em 16 de dezembro de 2016 e homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017, com o objetivo de viabilizar o pagamento de um passivo gerado devido aos danos causados: (a) pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório, o qual a Companhia recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) e obteve, em julgamento final realizado em agosto de 2020, sentença favorável garantindo à Refit a posse do imóvel onde se situa seu parque industrial; e (b) pela política de subsídios ao preço da gasolina praticada pelo Governo Federal.

A Companhia reitera sua confiança no Poder Judiciário e destaca que sua localização estratégica, tanto para a produção, como para a importação de derivados, a levará a superar esse momento delicado, registrando, em especial, que o mercado de combustíveis vem, reiteradamente, demandando maiores volumes de produção e importação de derivados de petróleo.

Apesar do cenário acima descrito a Companhia reitera que mantém adimplente todos os compromissos assumidos junto a credores da Recuperação Judicial e parcelamento de impostos federais, estaduais e municipais.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A Companhia para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 não contraiu nenhum tipo de financiamento e/ou linha de crédito com instituições financeiras. Para o investimento em ativo não circulante, para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019, a Companhia utilizou-se principalmente do fluxo de caixa como fonte de financiamento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Vide comentário em 10.1 (d).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Conforme já mencionado no item 10.1 (d), a Companhia não se utilizou de financiamento junto às instituições financeiras, conforme evidencia-se no quadro abaixo. Cabe mencionar, ainda, que todos os investimentos realizados em ativo não circulante foram feitos com recursos próprios (fluxo de caixa).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimo e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)		-	-
Contrato de Mútuo (R\$)		-	-
Circulante (R\$)		-	-
Empréstimo e Financiamentos c/ Pessoa Jurídica para Capital de Giro (R\$)		-	-
Empréstimos e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)		-	-
Não circulante (R\$)		-	-
Total do Endividamento Financeiro (R\$)	-	-	-
Total do Ativo (R\$)	4.196.772	3.235.804	2.489.899
Total do Endividamento Financeiro (%)	0,00%	0,00%	0,00%

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A Companhia, para os 3 (três) últimos exercícios sociais, não tinha nenhum tipo de relação de longo prazo com nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum tipo de empréstimo e financiamento com nenhuma instituição financeira.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

A Companhia para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019 não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

g. Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

A Companhia, para os exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019, não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Os Diretores da Companhia comentam que as informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas

das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras consolidadas estão refletidas nos comentários abaixo depois do balanço patrimonial.



Exercício Social de 2021 x Exercício Social de 2020

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que apesar do aumento significativo das vendas ocorridas no exercício de 2021 (vide nota explicativa n.º16) a Administração da Companhia vem buscando manter os valores a receber junto aos seus clientes, sem atraso, visando o fluxo de caixa das operações para manter adimplentes suas obrigações junto a fornecedores, os impostos gerados na operação e os seus parcelamentos vigentes. Outro fator que contribuiu para a queda de 2% da rubrica, em 2021, se deriva do cenário econômico vivido pela pandemia da Covid-19 que trouxe dificuldades para nossos clientes e resultou em dificuldades de cumprimento de suas obrigações, comportamento que não se viu em 2019, mas iniciou-se em 2020 como percebe-se na análise apresentada. Ao encerramento do exercício de 2021 os títulos vencidos representavam 47,7% da carteira de recebíveis, sendo 16,7% até 30 dias, 16,1% de 31 a 60 dias e 14,8% acima de 60 dias. Cabe mencionar que os valores em atraso foram recebidos em sua totalidade em períodos subsequentes (vide nota explicativa n.º5.1).

Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. O incremento observado, em 2021, na Receita Líquida foi totalmente recebido e, conseqüentemente, elevou o caixa atrelado às partes relacionadas, por isso, a elevação de 122% comparado a 2020.

Variação Adiantamento a Fornecedores:

O aumento desta rubrica em 2021, se comparado, se deve a antecipações feitas em moeda estrangeira aos nossos fornecedores para aquisição (importação) de matérias-primas utilizadas na produção de Gasolina A, Diesel A e Óleo Diesel Marítimo (DMA), e desta forma, amenizar os impactos de compras futuras de dólares no mercado cambial em um cenário de forte valorização do dólar frente ao real, visto em 2021, em torno de 7,4%.

Variação Imobilizado - Não Circulante:

O crescimento de 17% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados em nosso Parque industrial visando o aumento da produção e modernização da planta a qual já foi evidenciada em 2021 com incremento de 33,5% de suas receitas brutas (vide nota explicativa n.º16).

PASSIVO

Variação do Fornecedores - Circulante:

A diminuição nesta rubrica é explicada pela maior disponibilidade na rubrica Partes Relacionadas a qual possibilita cada vez mais o pagamento à vista de seus fornecedores.

Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica. A Companhia protocolou pedido de Parcelamento Especial em 24 de junho de 2021, para pagamento em 120 (cento e vinte) parcelas dos débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 113 (cento e treze) parcelas a pagar (vide nota explicativa n.º12 - letra "e").

Exercício Social de 2020 x Exercício Social de 2019

ATIVO

Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que o crescimento da carteira de recebíveis se deu em conformidade ao aumento de receita observado no último exercício social, em linha com a maior produção e venda observada nos últimos anos. Outro fator que contribuiu para o crescimento de 61% da rubrica em 2020 se deriva do cenário econômico vivido pela pandemia da Covid-19 que trouxe dificuldades para nossos clientes e resultou em dificuldades de cumprimento de suas obrigações, fazendo com que tivéssemos um incremento na inadimplência, comportamento que não se viu em 2019. Ao encerramento do exercício os títulos vencidos representavam 58% da carteira de recebíveis, sendo 17% até 30 dias, 20% de 31 a 60 dias e 21% acima de 60 dias.

Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. A significativa redução está atrelada ao incremento observado na rubrica de adiantamento a fornecedores.

Variação Adiantamento a Fornecedores:

O aumento desta rubrica em 2020 se comparado se deve a antecipações feitas em moeda estrangeira a nosso fornecedor para aquisição (importação) de matérias primas, e desta forma, amenizar os impactos da compra futura de dólares no mercado cambial em um cenário de forte valorização do dólar frente ao real visto em 2020.

Variação Imobilizado - Não Circulante:

O crescimento de 16% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados incorridas em 2020 de acordo a seu plano de investimento. Estes investimentos se devem, principalmente, para a adequação e modernização da planta.

PASSIVO

Variação do Fornecedores - Circulante:

O crescimento observado é explicado pela maior necessidade de mercadorias para a produção de combustíveis, em linha com o aumento nas vendas para o período.

Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica. Em 2020 a Companhia protocolou pedido de Parcelamento Ordinário, para pagamento em 60 (sessenta) parcelas dos débitos de PIS e COFINS junto à Secretaria da Receita Federal (RFB), das competências de setembro e outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 59 (cinquenta e nove) parcelas a pagar.

* * *

10.2. Resultados das operações

a. Resultados das operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Para os exercícios sociais de 2021 e 2020 a principal fonte de receita da Companhia foi a comercialização de Gasolina A decorrente do refino de matérias-primas derivadas do petróleo, que é realizado em sua usina localizada no Rio de Janeiro. Para o ano de 2020, iniciou-se também a produção de Diesel S10, para que

fosse comercializado em complemento à Gasolina A e, a partir de 2021, houve também a produção de Óleo Diesel Marítimo (DMA) o qual é utilizado em sistemas auxiliares de geração de energia ou emergência e em motores de propulsão de embarcações de pequeno e médio porte.

Nos últimos anos a receita líquida da Companhia foi de R\$ 1.185.113 mil em 2019, R\$ 1.495.594 mil (+26%) em 2020 e de R\$ 2.211.159 mil (+48%) em 2021. A melhora está diretamente relacionada com o maior volume de produção, incluindo a produção de Diesel S10 iniciada em 2020, e do Óleo Diesel Marítimo a partir de 2021, decorrente da constante e crescente venda de produtos. Outros fatores que contribuíram para a receita foi a alta do preço médio observada nos últimos anos, e a melhora na eficiência do processo de refino.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os Diretores da Companhia comentam, de maneira geral, que os principais fatores que afetaram o resultado operacional nos três últimos exercícios foram:

- Aumento do custo dos produtos vendidos em decorrência do incremento apresentado com as despesas com importação fortemente afetadas com o aumento da *commodities* no mercado internacional e pela alta do dólar em 2021 e 2020;

- Aumento das despesas administrativas, sendo: i) multa sobre parcelamento especial de débitos de PIS, COFINS e CIDE junto à PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - vide nota explicativa n.º12 - letra "e"); e ii) aumento do quadro de colaboradores na rubrica Recursos Humanos (vide nota explicativa n.º17);
- Houve um aumento na rubrica Serviços de Manutenção e Consertos (vide nota explicativa n.º17.1) referentes aos serviços de manutenção realizados no oleoduto localizado na Baía de Guanabara que se conecta aos tanques de armazenagem da Refinaria;
- A variação na incidência composta do ICMS-Próprio e ICMS-ST sobre as vendas; e
- Em 2021, na rubrica Fretes e Carretos (vide nota explicativa n.º17) e na rubrica Serviços de Armazenagem (vide nota explicativa n.º17.1) em virtude da utilização do oleoduto localizado na Baía de Guanabara que se conecta aos tanques de armazenagem da Refinaria e facilita o recebimento de matérias-primas oriundas de importações, as quais eram armazenadas em tanques de terceiros contratados.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A Companhia não teve variações significativas de receita que pudessem ser atribuídas a quaisquer dos eventos relacionados acima. Cabe ressaltar que apesar de ter autonomia em sua definição de preços, acompanha de perto

a política de preços controlados e sua definição no mercado interno, haja visto que por ter pequena participação de mercado, não pode ter uma definição acima dos preços em linha oposta aos praticados a nível nacional. Esta política, por sua vez, já contempla variações na taxa de câmbio e a volatilidade do preço do petróleo e seus derivados.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante:

Os Diretores da Companhia comentam que devido à aquisição de insumos proveniente do mercado internacional, os aumentos na taxa de câmbio tiveram impacto direto no custo dos produtos e serviços vendidos, o que afetou de maneira considerável seu resultado para o exercício de 2021, sendo que o crescimento versus 2020 foi de 41,5%. Para o exercício de 2020, se comparado com 2019, o crescimento desta rubrica foi de 40% e da receita foi 26%.

Demonstração de Resultado Consolidado

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Análise Horizontal		Análise Horizontal	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
Receita operacional líquida	2.211.159	1.495.594	1.185.113	715.565	48%	310.481	26%
Custos dos produtos e serviços vendidos	(2.272.538)	(1.605.972)	(1.147.196)	(666.566)	42%	(458.776)	40%
Resultado bruto	(61.379)	(110.378)	37.917	48.999	-44%	(148.295)	-391%
Receitas/(despesas) operacionais:							
Gerais e administrativas	(319.481)	(273.463)	(231.353)	(46.018)	17%	(42.110)	18%
Remuneração da administração	(1.620)	(1.620)	(1.469)	-	0%	(151)	10%
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	93.524	(357)	(46)	93.881	-26297%	(311)	676%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro	(288.956)	(385.818)	(194.951)	96.862	-25%	(190.867)	98%
Resultado financeiro, líquido							
Receitas financeiras	64	11.227	8.379	(11.163)	-99%	2.848	34%
Despesas financeiras	(72.956)	(38.395)	(41.891)	(34.561)	90%	3.496	-8%
	(72.892)	(27.168)	(33.512)	(45.724)	168%	6.344	-19%
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(361.848)	(412.986)	(228.463)	51.138	-12%	(184.523)	81%
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	-	-	-	-	0%	-	0%
Diferido	-	-	-	-	0%	-	0%
Resultado líquido antes da participação de não controladores	(361.848)	(412.986)	(228.463)	51.138	-12%	(184.523)	81%
Participação de não controladores	92	75	103	17	23%	(28)	-27%
Prejuízo do exercício	(361.756)	(412.911)	(228.360)	51.155	-12%	(184.551)	81%

* * *

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve nenhuma alteração na participação societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais:

A Companhia ressalta em “Eventos Subsequentes”, em suas Demonstrações Financeiras de 2021, que em 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou a maior operação militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Especialistas mundiais, temem que essa ação possa inaugurar uma nova era de incertezas, perturbar as cadeias de abastecimento e a economia global e forçar uma mudança na influência geopolítica. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas, a Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

* * *

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis e Ressalvas e ênfases no parecer do auditor:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas

contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*“International Financial Reporting Standards - IFRS”*), emitidas pelo *“International Accounting Standards Board - IASB”*, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação “OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral” na preparação de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sendo evidenciadas e correspondendo às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve alterações das práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

A Companhia esclarece que a principal ressalva apontada pelo auditor é especificamente ligada à postergação do recolhimento das obrigações fiscais atrasadas e correntes, pela falta de liquidez da Companhia, observada desde a desapropriação das instalações industriais pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro, e que também contribuiu diretamente para o pedido de

recuperação judicial. Abaixo, transcreve-se o parágrafo do Relatório de Revisão Especial sobre as demonstrações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2021.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de

2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a. A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2021 os montantes de R\$ 6.642.905mil e R\$ 6.643.273mil respectivamente, referente as obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstancias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do

auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou déficit de R\$ 361.756mil. Naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$3.168.841mil e R\$3.169.771mil na controladora e consolidado, respectivamente, o passivo a descoberto em R\$3.554.154mil e o endividamento total em R\$9.770.024mil. A Administração da Companhia vem implantando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades. A continuidade das atividades da

Companhia e suas controladas dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar em exercendo suas atividades.

*** * ***

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS)*

emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requer em maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na Nota explicativa n.º3.1.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2022.

Na preparação das demonstrações financeiras, as premissas utilizadas são revisadas periodicamente e

baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data-base das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos são descritas a seguir:

a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise de histórico de perdas ou conhecimento de dificuldade financeira do cliente, monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber. Cabe ressaltar que a Administração não estimou perdas futuras com relação aos saldos apresentados ao final do exercício de 2021.

b) Provisão para perdas de estoques

A provisão para perdas de estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos em sua planta industrial.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas controladas, poderão afetar adversamente as probabilidades e conseqüentemente as estimativas realizadas.

A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, principalmente, fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado de acontecimentos do passado, para provável saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

d) Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

- Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os gastos

com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

- Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, em especial, o imobilizado, os investimentos e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica

que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente.

Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

* * *

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras: (a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e (b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

* * *

10.7. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação e;

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Os Diretores esclarecem que a Companhia não teve itens não evidenciados que possam ser atribuídos a quaisquer dos eventos relacionados acima nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

* * *

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

i descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

A Companhia esclarece que não possui um plano de negócios com um *guidance* determinado. Paralelamente, está investindo em melhorias e adequações em sua usina

para fazer frente aos novos desafios do mercado de combustíveis, que tem como seu foco principal a venda de 50% das refinarias da Petrobras, o que trará novas oportunidades para o mercado.

Em 2021 e 2020 a Companhia fez investimentos em melhorias e adequações em pontos específicos de sua planta de produção com vistas na revitalização de seus ativos e torna-los mais eficientes. Foram iniciados três projetos no decorrer de 2020 os quais foram finalizados em 2021, são eles: (i) modernização da sala de controle, que visa a atualização tecnológica dos equipamentos, contribuindo na melhor operacionalização da produção; (ii) atualização do sistema digital de controle e distribuição (SDCD) da Unidade Industrial que permitirá uma melhor automação e controle das colunas de destilação, melhorando a produtividade, precisão e segurança operacional, contribuindo na diminuição de custos de produção, entre outros; (iii) ampliação da capacidade de processamento da coluna E-2002 da unidade de destilação atmosférica U-2000, que permitirá ter uma capacidade de processamento de 14.300 barris de petróleo dia (bpd) após finalização do projeto, incremento de 43%.

Em 2021 a Companhia informa que manteve-se atenta às demais necessidades de seu parque industrial acerca de manutenções com o objetivo de manter a sua capacidade produtiva e escoamento dos seus produtos.

ii fontes de financiamento dos investimentos:

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa.

iii desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A Companhia não tem desinvestimentos em andamento.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

A Companhia não fez nenhuma divulgação nesse sentido.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

A Companhia informa que o início da produção de Diesel S10 não gerou a incidência de valores monetários em 2020, uma vez que os investimentos foram realizados nos exercícios sociais de 2018 e 2019 como já mencionado pela Companhia.

A Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou, em 01 de julho de 2021, que a partir do mês de julho passou a comercializar uma nova linha de combustíveis aditivados de série, denominada FIT UFC, com maior octanagem, já contemplando RON mínimo 93. A Gasolina e o Diesel são produzidos pela Refit e recebem os aditivos diretamente na origem, antes de seguirem para a distribuição.

* * *

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Os Diretores comentam que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos tópicos acima.

* * *

ANEXO II

QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR (Conforme itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM n° 480, de 07 de dezembro de 2009

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: a. nome; b. data de nascimento; c. profissão; d. CPF ou número do passaporte; e. cargo eletivo ocupado; f. data de eleição; g. data da posse; h. prazo do mandato; i. outros cargos ou funções exercidos no emissor; j. se foi eleito pelo controlador ou não; k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; l. número de mandatos consecutivos; m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor; n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal, ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, iii. qualquer condenação transitada

em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Jorge Luiz Cruz Monteiro	723.515.007-68	25/10/1962	Engenheiro
Cargo Eleito Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato
Membro Efetivo e Presidente do Conselho de Administração	31/07/2020	31/07/2020	2 anos
Outros Cargos e Funções no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro Independente	Número de Mandatos Consecutivos
Diretor Presidente	Sim	Não	5
Experiência Profissional			
<p>Jorge Luiz Monteiro possui mais de 30 anos de experiência na área química, possui formação técnica e superior em Química pela UFRJ, além de especialização em Administração e em Química e mestrado em Engenharia de Polímeros, também na UFRJ. Escola Técnica Federal de Química do RJ 1981-1986. Química Industrial 1986-1990 (FRNL-IME). Escola de Engenharia Química UFRJ - 1986. Especializações : COPPEAD 1998-1999. UFRJ Química Mestrado 2006-2007. FGV-PETROBRÁS. Gerenciamento Projetos Ênfase em Planejamento 2007-2008, sendo que, atualmente ocupa cargos na Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. (administrador); Manguinhos Distribuidora S.A. (diretor) e Brickel B Fomento S.A. (diretor). Jorge Luiz Monteiro não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, e nenhuma condenação transitada em julgado, para a prática de suas atividades profissionais.</p>			
Declaração de Eventuais Condenações			
<p>O Sr. Jorge Monteiro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Em processo administrativo sancionador da CVM n° 19957.005762/2019-40 julgado em 23/06/2020 foi condenado à advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto. O Sr. Jorge Monteiro declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>			

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Ronaldo de Almeida Nobre	037.382.057-72	13/12/1943	Engenheiro e Economista
Cargo Eleito Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato
Membro Efetivo do Conselho de Administração	31/07/2020	31/07/2020	2 anos
Outros Cargos e Funções no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro Independente	Número de Mandatos Consecutivos
Não Aplica	Sim	Não	4
Experiência Profissional			
<p>Ronaldo Nobre é formado em engenharia pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica e em economia pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, com pós graduação pelo Northwestern University em Chicago. Atua como membro do Conselho da Refinaria de Petróleo de Manguinhos desde 2013, sendo que, atualmente, não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.</p>			
Declaração de Eventuais Condenações			
<p>O Sr. Ronaldo Nobre não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Em processo administrativo sancionador da CVM n° 19957.005762/2019-40 julgado em 23/06/2020 foi condenado à advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto. O Sr. Ronaldo Nobre declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>			

Nome	CPF	Data de Nascimento	Profissão
Simone Zontak Flit	078.644.327-86	01/04/1975	Administradora
Cargo Eleito Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato
Membro Efetivo do Conselho de Administração	31/07/2020	31/07/2020	2 anos
Outros Cargos e Funções no Emissor	Foi Eleito pelo Controlador?	É membro Independente	Número de Mandatos Consecutivos
Não aplica	Sim	Não	1
Experiência Profissional			
Administradora de Empresas formada pela Universidade Candido Mendes, atuou por 10 anos no Grupo Ediouro onde exerceu cargo de confiança na equipe de um dos acionistas tendo se envolvido no planejamento estratégico e execução de diversos projetos relevantes.			
Declaração de Eventuais Condenações			
A Sra. Simone Zontak não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Em processo administrativo sancionador da CVM nº 19957.005762/2019-40 julgado em 23/06/2020 foi condenada à advertência, não sendo inabilitada para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto. A Sra. Simone Zontak declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.			

* * *

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Participação em Reuniões (%)
Jorge Luiz Cruz Monteiro	100%
Ronaldo de Almeida Nobre	100%
Simone Zontak Flit	100%

* * *

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutário.

A Companhia informa não possuir comitês instalados.

* * *

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável uma vez que a companhia não possui comitês instalados.

* * *

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores

das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

A Companhia informa não haver relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre seus administradores do emissor e/ou suas controladas, assim como de seu controlador.

* * *

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;**
- b. controlador direto ou indireto do emissor;**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.**

Para os últimos 3 (três) exercícios sociais o Sr. Jorge Luiz Cruz Monteiro desempenhou, além das responsabilidades no emissor, os cargos de Administrador na Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. - em Recuperação Judicial e Diretor Presidente da Manguinhos Distribuidora S.A. - em Recuperação. Ambas controladas do emissor.

* * *

ANEXO III

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

**(Conforme item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480,
de 07 de dezembro de 2009)**

A proposta da Companhia para Remuneração dos Administradores para o exercício de 2022 é de um montante máximo de R\$ 1.782.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil reais).

13.0 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ("administradores") de acordo ao estipulado na Proposta da Administração, analisada e

previamente aprovada pelo Conselho de Administração. A companhia adota como base para a definição da remuneração de seus administradores os seguintes critérios:

- I. Atrair, reter e motivar profissionais que detenham qualificação, competência e perfil que atendam às características e necessidades do negócio da Companhia;
- II. Alinhar os interesses dos membros do conselho e diretoria da Companhia às crenças de gestão e aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo;
- III. Promover práticas de remuneração atraentes, motivando a recompensa pelo desempenho, tendo em vista o alcance de metas individuais e da Companhia;
- IV. Estimular o crescimento, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e, conseqüentemente, a criação de valor de longo prazo para a Companhia e seus acionistas;
- V. Fornecer remuneração competitiva em relação à remuneração praticada pelo mercado;

b. Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.**

O Conselho de Administração e Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa composta por 12 (doze) parcelas fixas mensais ao ano (pagas sob o título de pro labore), cujo valor é determinado tendo em vista,

entre outros fatores, as responsabilidades, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, responsabilidade e a complexidade inerente ao cargo. Quando necessário, os membros do Conselho de Administração são reembolsados pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

Os benefícios oferecidos consistem em Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Vale Refeição, Vale Alimentação e Estacionamento, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na composição da remuneração total, tanto para os membros do Conselho de Administração como da Diretoria Estatutária é a seguinte:

Conselho de Administração				
	Previsto 2022	Real 2021	Real 2020	Real 2019
Salários/Pró-labore	96%	96%	96%	95%
Benefícios	4%	4%	4%	5%
Diretoria Estatutária				
Salários/Pró-labore	99%	99%	99%	98%
Benefícios	1%	1%	1%	2%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A Companhia procura manter a competitividade e atualidade de sua prática de remuneração. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, ou não, comparando suas práticas às de outras empresas do mesmo porte, setor e referência no mercado.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A definição dos elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária visa a atrair e reter profissionais, garantindo remuneração competitiva e alinhada às práticas de mercado.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

A companhia não teve nenhum membro de sua administração não remunerado para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A remuneração a que fazem jus os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é fixa. Sendo considerado, de maneira geral, para determinação do montante, o desempenho financeiro e operacional da empresa no último exercício social encerrado.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

O montante anual da remuneração dos administradores é fixo e determinado tendo como referência o desempenho da Companhia no último exercício social encerrado.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo.

A Companhia busca alinhar sua remuneração visando a atração e retenção de profissionais qualificados por meio da definição de uma remuneração fixa que reconheça e reflita, dentre outros elementos, o desempenho, demanda de tempo, responsabilidades e conhecimento de seus administradores e, conforme o caso, também por meio de pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva não recebem remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou coligadas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há remuneração ou qualquer tipo de benefício vinculado a ocorrência de evento societário.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. Os órgãos e Comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer a remuneração global dos administradores.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A remuneração global dos administradores é definida a partir de práticas de mercado para o setor,

especialmente os adotados para empresas do mesmo porte que a companhia.

iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor.

A avaliação da adequação da remuneração ocorre, geralmente, de forma anual. Porém, caso necessário, essa avaliação poderá ser realizada em períodos menores, apoiada por meio da realização de pesquisas referenciais conduzidas por empresas especializadas, ou não, nas quais se observa o comportamento da remuneração de empresas do mesmo porte e segmento ao da Companhia.

* * *

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, preencher tabela abaixo:

Conselho de Administração				
R\$	Previsto 2022	Real2021	Real 2020	Real 2019
No. de Membros	3	3	3	3
No. de Membros Remunerados	3	3	3	3
Remuneração Fixa				
Salários/Pró-labore	666.798	606.180	606.180	433.204
Benefícios	22.888	22.888	22.888	22.888
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	-	-	-
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do Cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada Em Ações				
Plano de Stock Options	-	-	-	-
Total	689.686	629.068	629.068	455.617

Diretoria Estatutária				
R\$	Previsto 2022	Real2021	Real 2020	Real 2019
No. de Membros	3	3	2,5	3
No. de Membros Remunerados	3	3	2,5	3
Remuneração Fixa				
Salários/Pró-labore	1.074.162	976.511	976.511	1.035.533
Benefícios	14.727	14.727	14.727	21.135
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	-	-	-
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do Cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada Em Ações				
Plano de Stock Options	-	-	-	-
Total	1.088.889	991.238	991.237	1.056.668

Nos termos do art. 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), caso o Conselho Fiscal seja instalado, a assembleia geral que eleger seus membros fixará sua remuneração na forma da legislação aplicável, e seus membros farão jus ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função.

Até o momento não há proposta de instalação de Conselho Fiscal na Companhia. Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal, e não há previsão de instalação do Conselho Fiscal.

* * *

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;**
- b. Número total de membros;**
- c. Número de membros remunerados;**
- d. Em relação ao bônus:**
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;**
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;**
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;**

- iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;
- e. Em relação à participação no resultado:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido ao resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não se aplica, uma vez que as remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são fixas.

* * *

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. Termos e condições gerais;
- b. Principais objetivos do plano;
- c. Forma como o plano contribui para esses objetivos;
- d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia;
- e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo;
- f. Número máximo de ações abrangidas;
- g. Número máximo de opções a serem outorgadas;

- h. Condições de aquisição de ações;
- i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;
- j. Critérios para fixação do prazo de exercício.
- k. Forma de liquidação;
- l. Restrições à transferência das ações;
- m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;
- n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

A Companhia não possui planos de incentivo em longo prazo ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações.

* * *

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número total de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. Data de outorga;

- ii. Quantidade de opções outorgadas;
- iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis;
- iv. Prazo máximo para exercício das opções;
- v. Prazo de restrição à transferência das ações;
- vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- Em aberto no início do exercício social;
- Perdas durante o exercício social;
- Exercidas durante o exercício social;
- Expiradas durante o exercício sócia.

- e. Valor justo das opções na data de cada outorga;
- f. Diluição potencial em caso do exercício de todas as opções outorgadas.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

* * *

13.6. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação às opções ainda não exercíveis:

- i. Quantidade;
 - ii. Data em que se tornarão exercíveis;
 - iii. Prazo máximo para exercício das opções;
 - iv. Prazo de restrição à transferência das ações;
 - v. Preço médio ponderado de exercício;
 - vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social;
- e. Em relação às opções exercíveis:
- i. Quantidade;
 - ii. Prazo máximo para exercício das opções;
 - iii. Prazo de restrição à transferência das ações;
 - iv. Preço médio ponderado de exercício;
 - v. Valor justo das opções no último dia do exercício social;
 - vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

* * *

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão;
- b. Número de membros;
- c. Número de membros remunerados;
- d. Em relação às opções exercidas informar:
 - i. Número de ações;
 - ii. Preço médio ponderado de exercício;
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas;
- e. Em relação às ações entregues informar:
 - i. Número de ações;
 - ii. Preço médio ponderado de exercício;
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

* * *

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. Modelo de precificação;

- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada;
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

* * *

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2021		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	25.302	0,04%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2020		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	25.202	0,04%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2019		
	Quantidade ações	% Participação
Conselho de Administração	42.122	0,1%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%

Não há outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum que sejam detidos por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

* * *

13.10. Em relação aos Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão;
- b. Número de membros;
- c. Número de membros remunerados;

- d. Nome do plano;
- e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;
- f. Condições para se aposentar antecipadamente;
- g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

* * *

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, a remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Conselho de Administração				
R\$	Previsto 2022	Real2021	Real 2020	Real 2019
No. de Membros	3	3	3	3
No. de Membros Remunerados	3	3	3	3
Remuneração Fixa				
Maior Remuneração	270.798	246.180	339.869	239.869
Menor Remuneração	198.000	180.000	158.301	120.000
Remuneração Média	234.399	205.849	176.893	174.288

Diretoria Estatutária				
R\$	Previsto 2022	Real2021	Real 2020	Real 2019
No. de Membros	3	3	2,5	3
No. de Membros Remunerados	3	3	2,5	3
Remuneração Fixa				
Maior Remuneração	373.856	339.869	339.869	239.869
Menor Remuneração	174.131	158.301	158.301	120.000
Remuneração Média	273.994	249.085	176.893	174.288

Nos termos do art. 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), caso o Conselho Fiscal seja instalado, a assembleia geral que eleger seus membros fixará sua remuneração na forma da legislação aplicável, e seus membros farão jus ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função.

Até o momento não há proposta de instalação de Conselho Fiscal na Companhia. Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal, e não há previsão de instalação do Conselho Fiscal.

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

A Companhia não possui os instrumentos mencionados neste tópico.

* * *

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que fossem partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

* * *

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve pagamento de qualquer valor para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a remuneração pela função que ocupam.

* * *

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum ou controladas da Companhia a título de remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

* * *

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes sobre a remuneração dos administradores.

* * *

